

ATA RESUMO DA II REUNIÃO DO ORDINÁRIA DO CEDCA - CE

DATA: 20/03/2025

HORÁRIO: 13:30 às 16:30h

Local: Acrópole Espaço de Eventos – Rua Guilherme Moreira, 330 - Fátima

PAUTA:

1. Abertura – Presidente do CEDCA
2. Apresentação do Monitoramento das Medidas Cautelares 60/15 aplicadas pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos contra o Estado brasileiro e apresentação de Plano de Trabalho-Pauta solicitada pela CEDECA/ANCD
3. Informes e considerações da Secretaria-Executiva
4. Apresentação das Comissões Técnicas Permanentes: Comunicação, Garantia de Direitos, Orçamentos e Fundos e Políticas Básicas
5. Informes Gerais
6. Encerramento

DISCUSSÕES:

Pela manhã os conselheiro(a)s se reuniram ONLINE nas comissões permanentes. À tarde a Presidente Lorena Vitor inicia a reunião saudando a todo(a)s, informando que todas as comissões se reuniram pela manhã, em seguida passa para uma rodada de apresentação, em seguida começa a reunião falando sobre a pauta da última reunião da comissão de políticas básicas sobre as reuniões serem híbridas, para que os adolescentes que fazem parte do Comitê de Participação de Adolescentes do CEDCA-CE que não possam estar presencialmente possam participar. Então, a partir de agora, todas as reuniões, claro, dependendo da internet, da infraestrutura, possibilitar a eles esse acesso às nossas reuniões. Após ajuste para transmissão da reunião, a presidente Lorena Vitor fala que os informes que estão na pasta de cada conselheiro(a), onde mostra parte de tudo o que o CEDCA-CE faz, pois já escutou de várias frentes, o que o CEDCA-CE faz que ninguém vê e ninguém ouve. Nos informes tem pequena amostra de tudo que acontece, que todos possam se colocar, participar, enquanto conselheiros, porque por mais que tenha assumido o papel de presidente nesse momento, não consegue dar conta de tudo. Tem todo lado pessoal, tem o profissional, enfim, tenta participar de tudo, tenta estar sempre, mesmo quando não participa, fica em contato com a secretária-executiva Conceição Nunes para se inteirar do que está acontecendo. Mas para ela também é muita novidade, muita coisa que não tinha conhecimento, nem que existia. Algumas siglas, algumas comissões, alguns encontros, e principalmente quando entra na questão das leis. Por mais que seja assistente social, não consegue aprender todas as leis que existem, principalmente voltadas à política da criança e adolescente. E por não conseguir estar presente em todas as reuniões e fez aquele pedido no grupo, para que se

coloquem. Conversando com a Sra. Conceição Nunes, sempre acabam comparecendo as mesmas pessoas. É ótimo, porque são pessoas que já têm conhecimento, conseguem participar das reuniões e ter voz ativa e consciente daquilo que está falando. Só que é importante também que todos, como colegiado, se coloquem para participar dessas reuniões, mesmo que vá acompanhando de quem já tem experiência, mesmo que vá só como ouvinte, é uma forma de se inteirar e socializar entre todos que fazem parte do colegiado. A figura da presidente não é unânime, não é majoritária e nem tem como estar presente em tudo. Por isso pediu mais uma vez para que se coloquem e participem. A Secretaria-executiva Conceição Nunes continua falando sobre os informes, pois alguns conselheiros que não estão inclusos em alguma comissão. Tem alguns conselheiros que disseram estar nas comissões, mas não comparecem às reuniões. Às vezes ela se torna antipática, pelas cobranças. Quando vem para o CEDCA-CE, assina um termo sobre as obrigações perante o conselho. O Ministério Público faz o acompanhamento ao conselho, das comissões, de representações, principalmente de frequência, que é enviada para lá. Às vezes se depara com conselheiros que dizem que não teve capacitação, que não vão para as demandas do CEDCA-CE porque não dominam as temáticas, mas mesmo não dominando, podem se fazer presentes, uma presença política, fortalecendo aquele evento. Como não tem a capacidade técnica, faz a representação política. Foi feito uma frente junto as secretarias faltosas, principalmente a Secretaria de Turismo que já respondeu com novos membros e a secretaria de Saúde que sempre foi frequente, mas que agora se tornou ausente, com prazo para responder, pois vai reportar ao ministério público as ausências nas reuniões. Não queria ser enfática, porém todos tem que entender que Criança e Adolescente é PRIORIDADE ABSOLUTA e tem secretaria que enche o servidor de atribuições e não autoriza vir, mas é legislação, está na lei, tem que liberar, pois ele pode ser penalizado. São muitas demandas na secretaria-executiva, não envia tudo para o colegiado, são reuniões, seminários, viagem e demanda dos CMDCA's, pois ainda tem muita gente que desconhece a política da infância, por isso haverá uma reunião com as secretarias executivas dos municípios, onde será apresentado o termo interconselhos estabelecendo que criança e adolescente é prioridade e inclua em suas plenárias as pautas: 1. A elaboração e/ou revisão dos Planos municipais para a Criança e Adolescente (Plano de Direito à Convivência Familiar e Comunitária de Criança e Adolescentes, Plano Decenal de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes, Plano da Primeira Infância, Plano de Combate à Exploração Sexual de Criança e Adolescentes); 2. A utilização do SIPIA como ferramenta de gestão. 3. Fortalecimento dos Conselhos Tutelares, assegurando recursos necessários à sua infraestrutura e salário digno à relevância da sua função; 4. Participação de Adolescentes nos espaços de discussão, com prioridade para a criação dos Comitês de Participação de Adolescentes – CPA nos seus respectivos CMDCA's; 5. Implementação da Lei da Escuta Protegida à Luz da Resolução 537/2024 CEDCA e 235/2023 CONANDA, assinado pelo CMDCA, pela secretaria de assistência social e pelo(a) prefeito(a) do município. Agora a partir da devolutiva desses termos, podemos cobrar e o desafio desse colegiado é partir para as reuniões descentralizadas. O CMDCA-CE tem que ficar ciente de que tem alguém para se amparar, porque eles são engolidos pela gestão. Trazer o CAOPIJ e o UNICEF. Quem é que não quer ganhar um selo Unicef com município aprovado? Unindo o CEDCA-CE, CAOPIJ, UNICEF e APRECE, vamos conseguir dar conta disso. A secretaria executiva recebe, por dia, mais ou menos, cinquenta solicitações de informações. Como é que funciona o Conselho, como é que faz uma ata, como é uma resolução, como é que eu chamo o suplente do Conselho Tutelar, por isso estamos mobilizando todos os

184 municípios para que mandem o secretário ou a secretária executiva, se não tiver, que mande uma pessoa que possa repassar isso para o profissional e que faça essa função. Será entregue vários documentos aos CMDCA's que vão ajudar a entender melhor o funcionamento dos Conselhos. Será no dia 01 de abril desde às 08:30hs, no auditório do 3º andar do prédio onde se localiza o conselho, e seria muito interessante que os conselheiros possam vir prestigiar esse evento, porque é a partir do momento que formamos, capacitamos e dando o suporte, é que vamos ter condições de cobrar. Confirmamos a participação do Dr. Lucas Felipe do CAOPIJ, virá um especialista que é secretário-executivo, Armando de Paula, que por longos e longos anos foi vice-presidente deste conselho, que trabalha no município do Eusébio, que é redondo, que tem 26 conselhos com uma estrutura para cada uma. Ele vai trazer o subsídio, vai fazer uma fala. Virá também o pessoal da secretaria da Proteção Social para falar sobre outras coisas. Inclusive, para vocês perceberem a importância que as pessoas dão à secretaria-executiva e o conselho faz, o Estado da Paraíba e o Rio Grande do Norte pediram vagas para vir para esse encontro. A presidente Lorena Vitor continua falando da importância desse evento, assim como é todos os eventos que o CEDCA-CE faz. Inclusive, aproveitando essa fala, no grupo dos presidentes do CMDCA's, o Ceará foi um dos elogiados por já ter mandado todos os dados solicitados. Então o CEDCA/CE sempre à frente, mandando as informações que são requisitadas, isso graças à Conceição Nunes e à equipe dela, que faz um trabalho do executivo maravilhoso, mas que a gente também não pode ficar só parado esperando que eles façam tudo. Então os informes é uma ótima ferramenta para que todos possam se programar, pois tem muitos eventos em que estará presente, mas tem outros que não poderá participar. Foi até um pouco enfática noutro dia de perguntar quem vai para cada reunião, e, mais uma vez, são as mesmas pessoas que vão. Então se coloquem, tentem participar. Se acha que não tem condições, não tem contribuição a dar, pelo menos para ouvir e marcar a presença, como disse a Conceição Nunes. É importante essa questão de marcar a presença, porque quando estive em uma das reuniões, foi até socializado no grupo do PREVIEW, quando chegou, informou que o CEDCA estava presente e mesmo assim não foi falado e quando foi dividir os grupos, foi novamente reforçar da presença do CEDCA-CE e foi aí que citaram. É importante reforçemos onde o CEDCA-CE está indo e participando, porque é uma forma até de divulgar o Conselho está atento e participando das ações voltadas para esse público de criança e adolescente. Então não é só comparecer, é mostrar que está presente, que o CEDCA-CE está presente. Passando agora as comissões, a reunião da Comissão de Política Básica foi no dia 17, onde foi tratado sobre a revisão dos planos que o projeto PEDECA está revisando. Questionou se algum conselheiro chegou a abrir os arquivos enviados para analisar e sinalizar alguma mudança. A Comissão de Política Básica ainda teve se reuniu hoje também, mas não conseguiram finalizar esse processo, porém o prazo está acabando. Hoje é o último dia de consulta pública e tem até o dia 30/03 para terminar essa revisão, então ainda dá tempo para que todos possam contribuir, se apropriar do que são esses documentos. A secretária executiva explana sobre uma proposta discutida na reunião com as comissões intersetoriais dos (3) três planos, as comissões são formadas por conselheiros estaduais, o Fórum DCA, Secretaria do Trabalho que não faz parte do conselho, a Defensoria Público, o Ministério Público, entre outros que estiveram presentes, foi uma reunião muito produtiva e foi analisado em reunião extraordinária que até o dia 09 de abril não daria tempo para estar tudo pronto, nesse dia seria inviável. Por isso foi feita uma proposta que a partir de hoje até o dia 15 de abril que as comissões se reunissem para ler e dar as contribuições aos

planos e no dia 16 de abril, dia da reunião ordinária, pela manhã fosse feita uma reunião extraordinária para aprovação dos planos e à tarde seria a reunião ordinária. Essa é a demanda das comissões, para não mexer demais no calendário. E a outra indicação das comissões é que a audiência pública de lançamento dos planos já impresso, na Assembleia, como exige na resolução, fosse na semana que antecede o 18 de maio também como um marco, entre dia 12 a 15 de abril, porque da data mesmo, depende do calendário da Assembleia. A Sra. Thayane Maciel do Fórum DCA pediu a palavra, informando que o Fórum DCA vem acompanhando os processo de revisão dos planos desde a sua busca por orçamento. Então, O fórum DCA acompanhou silenciosamente e presencialmente os planos, inclusive ouviram membros, não para todas as regionais, mas se esforçaram para enviar pelo menos 2 (dois) membros, até devido a limitação de efetivo e suplência, para acompanhar os encontros macroregionais. E ainda estão acompanhando o processo até o texto final, que o prazo acaba hoje. A Sra. Cecília Góis do fórum DCA conclui depois da explanação da secretária-executiva Conceição Nunes provocando o CEDCA para que o prazo que se encerraria hoje, seja ampliado um pouquinho, para que o Fórum consiga concluir as considerações sobre o Plano de Combate à Exploração Sexual de Criança e Adolescentes, pois perceberam que tem diversas alterações a serem feitas. E aí acredita que seja complicado você lançar um plano sem ter ele todo pronto. Faltam muitas coisas. Faltam pautas importantes para o enfrentamento. A pauta principal da exploração, também precisa de ajustes. Precisava se debruçar e discutir um pouquinho mais, talvez criar um grupo. O Fórum tem se reunidas as todas as noites, todas as semanas, para fazer esse ajuste. Sabem também que os prazos estão apertados, mas esse é um plano que vai fazer por 10 anos. É um plano importante, estratégico, que vai trazer assuntos fundamentais para o enfrentamento da violência sexual. Está atrasado, mas precisa ser feito com qualidade, porque senão pode faltar algumas pautas que mais na frente não adiantaria mais se arrepender. Não é função do Fórum DCA ficar reclamando, eles querem contribuir, porém precisam de mais prazo. Já conseguiram ler, fizeram algumas observações bem rápidas, mas gostariam muito de contribuir com a escrita desse plano, com ajustes, até com volume. O David Araújo do Fórum DCA, concluiu informando que se reuniram nos últimos 15 dias, onde elaboraram dois documentos que já foram enviados pelo e-mail do CEDCA-CE, mas trouxeram algumas cópias que querem distribuir para algumas pessoas do Conselho. O primeiro é um relatório sobre o texto em que colocaram algumas reflexões e algumas propostas para qualificar o processo e o outro é um quadro mais objetivo em que nós temos as propostas de alteração objetiva, o texto original de um lado e a proposição que a gente queria mudar. Ressaltou que algumas dessas nossas propostas acham que deveria ter um processo de reconstrução dos indicadores, porque eles falam muito mais sobre os resultados do que sobre o processo de medição qualitativa e quantitativa. Então, inclusive, não enecrando os meios de medição, sentimos a necessidade de incluir metas. Então, só construção de indicadores, o estabelecimento de metas, porque as ações não têm metas, já leva um tempo a mais. Além disso, trouxeram como conceito de proposta, um encontro para discutir o marco situacional, um encontro para discutir o relatório das reuniões macroregionais e, também, um encontro para discutir o relatório do grupo focal dos adolescentes. E, como são muitas coisas, entendem que o ideal seria adiar o lançamento do plano para que tivessem mais tempo para poder qualificar o documento. Todas as propostas vão no sentido de qualificar esse documento, que vai orientar a implementação e a construção de políticas públicas, não por um, não por dois, mas por dez anos. E, nesse sentido, lançam a proposta de adiamento do

lançamento. Em seguida a presidente Lorena Vitor fala que toda contribuição é bem-vinda, o Fórum DCA, que esteve participando de algumas das viagens que fez dos encontros macroregionais, pois é uma entidade que dá força e legitimação para essas atividades voltadas ao público da criança e do adolescente, que é público prioritário. O que preocupa, não que esteja negando a solicitação, pois conforme a secretária executiva Conceição Nunes informou, o termo de fomento da entidade que faz a revisão e publicação dos planos, que termina em maio, então não sabe dizer, se teria como adiar muito, a secretaria executiva vai poder dar uma resposta mais consolidada, teria tempo ou não para fazer prorrogação, com algum tipo de aditivo do termo de fomento. Outra coisa que preocupa, é a questão dos encontros que foram feitos, onde foi ouvido o público, as pessoas que estão na ponta, nos municípios e eles já deram esse direcionamento, onde inclusive, questionou e particularmente foi contra o que o município estava dizendo, mas não é a opinião dela, e sim de todo um conjunto, inclusive de quem está na ponta, vivenciando aquela realidade. Sobre o adiamento, para ter mais tempo para conversar e discutir, é totalmente a favor, mas colocaremos aqui para o colegiado, mas preciso ouvir, além da Conceição, a possibilidade do aditivo ao termo de fomento, ouvir a entidade executora, que está aqui, representada pela Sra. Mônica Sillan. E esse é o plano que está sendo mais modificado, o de violência, que é o mais antigo, que teve que refazer tudo, ela concorda que tem muita coisa a modificar, mas deixa a ressalva, que não podem ir contra a demanda que chegou para o CEDCA. A palavra é passada para a Conselheira Mônica Sillan, onde informa que adiar é impossível, porque realmente, é um termo de fomento e não pode mais adiar o prazo, pois já foi feita prorrogação de prazo e a FACC não tem mais equipe para fazer essas alterações. Mas o que pode ser feito é colocar essas proposições dentro da consulta pública, visto que está dentro do que foi proposto pelos encontros, pois é só uma questão de redação, que ainda não está fechada a redação porque as metas, por exemplo, elas não podem ser dadas pela equipe e nem pelos encontros macroregionais, as metas têm que ser fechadas pelas setoriais. E depois ser submetida ao CEDCA, então, por isso que está passando agora, por todas as setoriais, para que possam colocar as metas, inclusive revisar os prazos, pois também não podem ser pactuados sem as setoriais, já que é um plano estadual e não de Fortaleza. Então, precisamos esperar o que vem das setoriais para somar com o que o Fórum DCA apresentou, com o que o fornecedor está apontando aqui. E em termos de redação que está sendo colocado nesse primeiro documento, essas observações sobre preâmbulos, sobre não sei o que, que ainda não está fechado, pode ser arrumado e considerado, e quando for para a revisão ortográfica, gramatical e de texto dentro das normas, será tudo arrumado. Então, acha que não vai precisar prorrogar. A presidente Lorena Vitor questionou o Fórum DCA se conseguiram analisar os outros dois planos, pois se assim tiverem feito, seria uma contribuição maravilhosa aos outros planos, pois qualificava demais os dois, é superimportante ver também o plano decenal e da convivência familiar e comunitária, porém foi explicado pelo Fórum que eles fazem parte de uma comissão sobre violência, então não tem como saber se existe outras pessoas que possam estar disponíveis para analisar os outros planos. A Conselheira Mônica Sillan informou que o marco situacional foi aprovado no âmbito do Conselho Estadual. Então pra discutir o marco situacional tem que chamar o NUPES, pois eles pegaram dentro do estudo que foi elaborado pela professora Andrea Luiz, levantou os desafios associados com os coloquios que foram feitos e isso foi discutido em cada encontro macroregional. Foi apontado dentro do marco situacional, foi pinçado aquilo que foi colocado como desafio na audiência pública no coloquio e a partir disso foi levado para dentro dos dez encontros

macroregionais. O Fórum questionou que só teve acesso ao plano na última reunião e que não foi publicizado os conteúdos do marco situacional e cobrou as memórias das reuniões. A Presidente Lorena Vitor levantou uma questão importante, pois prorrogar prazo é diferente de prorrogar com recurso para a entidade manter a equipe trabalhando. O recurso é exigido só 30% do valor. É o teto máximo de aditivo. A secretária-executiva explanou que o CEDCA deflagrou o processo no ano passado (2024), quando ainda estava a doutora Yasmin Ximenes da SSPDS, foram duas pessoas do fórum na FACC, Dra. Antônia Lima, Dr. Dairton Oliveira, a equipe de acolhimento da SPS para os primeiros encontros. Foram várias reuniões reunidos construindo e durante o processo, algumas pessoas saíam, como no caso da Dra. Yasmin Ximenes, onde entrou o Dr. Carlos Alexandre da Secretaria de Segurança pública, o que ela quer dizer é que desde o começo que tratam e pactua. Então é bom recuperemos as memórias onde foi que a gente se perdeu para poder a gente retomar, inclusive foram enviados todo material por e-mail. O Fórum DCA questionou se o marco situacional está disponível para consulta de todos, se foi publicizado. A Conceição continua explicando que na verdade, o plano, a consulta e os demais processos, foram feitos com a orientação da professora Ângela Pinheiro, e da mesma forma que foi feito no passado. Quando foi feito os dois planos, procuraram também olhar para os nacionais para ser feito igual, para todos verem as ações, o que se sentiam contempladas, porque o plano ainda vai para uma audiência pública, o plano ainda vai para o pleno, vai passar pelas comissões que representam a sociedade civil e as entidades. No momento, comparamos o nacional e o que foi feito pelo CEDCA-CE, quer as contribuições nas ações, como tem nas contribuições do DECENAL, os adolescentes também contribuíram, o que precisa ser feito é olhar para ações e informar que em que ação não se sentiu representada. As contribuições que as pessoas dariam era isso. Vocês que são expert, é que estavam dentro da comissão. Essa comissão é interinstitucional, representados por Organização Governamental, Organização Não Governamental, fórum DCA e adolescentes, que é para vocês, representando a sociedade, as entidades, os conselhos, o próprio sistema de justiça, para que todos esses segmentos possam estar olhando, aí sim, o marco situacional. As comissões têm até o dia 30/06 para analisar essas questões, a população apenas iria analisar as ações dos planos, pois é que vai repercutir na vida deles, a implementação. Cabe a comissão interinstitucional e a entidade responsável, o trabalho de olhar o marco situacional, fazer a revisão ortográfica, fazer a questão do que está faltando nos informes, complementar dados, pesquisas e diagnósticos. A Conselheira Raquel Vieira, falou que a comissão de políticas básicas se debruçou sobre a leituras dos planos, inclusive vai socializar hoje aqui na reunião, porém na sua percepção as propostas do fórum DCA não fazem sentido, pois seria refazer aquilo que já foi feito metodologicamente, o que faria sentido seria a ampliação da consulta pública, onde as pessoas pudessem, de fato, ainda contribuir, e se essa ampliação da consulta pública puder acontecer, que houvesse uma divulgação ampla, não só através do Instagram, utilizar os veículos de comunicação do Estado, jornais e TV. A Sa. Conceição Nunes e a Sra. Lorena Vitor solicitariam entrevista no jornal do meio-dia, falando sobre os planos e esse movimento no Estado do Ceará, ressaltando a importância para a política de defesa e garantia de direitos das crianças e dos adolescentes. Mas essas três propostas, na sua percepção, é refazer aquilo que já foi feito. Já foi feito o encontro com os adolescentes, já foi feita a apresentação do marco situacional. Acredita que tem que fortalecer agora é realmente ampliar essa participação da sociedade civil que, de fato, possa colaborar nesses planos e dizer o que tem que ser melhorado. Inclusive, a questão do corpo, com o que vocês

apresentaram, das métricas, por exemplo, da Comissão de Políticas Básicas, que se reuniu, e analisou o plano de convivência familiar e comunitário, que é outro plano, onde foi apontado a questão da métricas, a revisão de alguns textos, algumas coisas que estão repetitivas e que não estão alinhadas com os eixos apresentados. Então, assim, a comissão precisa de mais tempo para analisar isso. Se for possível essa ampliação, que seja uma ampliação para a consulta pública. A presidente Lorena Vitor tomou a palavra para explicar que estava em conversa com a Conselheira Mônica Sillan, para encontrar alguma forma de atender a solicitação do Fórum do DCA, porque acha importante a gente conversar e alinhar de forma andemos junto de mãos dadas. Estão pensando na possibilidade de uma reunião extraordinária, sabe que já teve diversas reuniões ordinárias, extraordinárias e de comissões dos planos, mas como falou no início da reunião, precisam focar nesse momento, tem que focar e tem que se dedicar e não apenas uma, duas ou três pessoas, todos, enquanto colegiado, precisam estar participando desse momento. Então acredita e a Sra. Mônica Sillan (Representa a Entidade que está executando a revisão dos planos) está concordando em se fazer uma reunião extraordinária, mas tem que ser viável para a construção dessa revisão desses planos em termos metodológicos e de prazos que ela tem que cumprir. E Ainda para que todos possam ler, e assim, apontar aquilo que acham importante nesse momento. Perguntou se o Fórum ainda tinha alguma coisa a acrescentar, e eles pediram que o Marco Situacional não fique apenas internamente, que seja caso haja a ampliação da consulta pública que o inclua, pois assim a população possa contribuir com mais propriedade. A Presidente Lorena lembrou que nos encontros teve esse momento para explicar, informar, participar quem estava presente, apesar de nem todos os municípios, o pessoal estava tão interessado em ouvir aquilo que estava sendo exposto lá, a gente sabe que é a realidade, tem gente que vai para simplesmente marcar a tabela porque tem que estar presente e tem aqueles que não, que realmente vão, se dedicam, escutam, colaboram, ficam até o fim. A Conselheira Mônica Sillan concorda com várias observações do Fórum e concordo que falta muita coisa, mas a organização não pode incluir nada, porque é um plano que não está sendo formulado pela organização, ele é formulado pelo conjunto dos 10 encontros macrorregionais para garantir a dimensão participativa, ela teve vontade incluir várias coisas no plano, mas não podia, ela como profissional, como técnica e como mestre em políticas públicas, queria tanto por contribuir com muitas informações, e inclusive fez várias intervenções no debate, mas não foi aprovado. Nem sempre concorda com todas as colocações, mas tem que seguir o que está sendo dito nos encontros. E acredita que a consulta pública, ela também tem a dimensão participativa democrática, e ela é soberana também, quando é aberta uma consulta pública, é para que todo mundo possa se posicionar, então ela como cidadã, por exemplo, dentro da consulta pública pode contribuir, assim como o fórum DCA pode se colocar, então tudo que for colocado dentro da consulta pública, tem como colocar dentro do plano, pois faz parte do processo. Então tudo que se ele tem que se colocar dentro da consulta pública para ser validado dentro do processo grande que foi feito pelo CEDCA, a metodologia que foi aprovada, não tem motivo para não ser incluído. E ela fica temerosa de colocar essa consulta pública na grande mídia, pois depois da invasão de um parlamento do CONANDA, tem medo de jogar essa coisa tão grande, e vir uma grande enxurrada de gente, com conservadorismo, e a gente ficar nessa numa saia. Acredita que é melhor continuar com a consulta dentro do sistema de garantia apenas. A presidente Lorena Vitor retoma a fala para perguntar ao colegiado se concordam com a prorrogação da consulta pública em 10 dias e se comprometem também em divulgar essa

consulta. O Pleno aprova, então a consulta pública ficará aberta até o dia 30 de março dos três planos, incluindo os marcos situacionais dentro da consulta. Ficou decidido e aprovado que não haverá reunião extraordinária da comissão desse plano, mas que envie o arquivo que o Fórum trouxe para que a comissão analise. Concluído essa pauta, a presidente informa que o CEDCA recebeu uma solicitação para indicar os membros para o Comitê do Fundo Mais infância, no qual estava como titular e foi solicitado a renovação dos nomes para participar desse comitê, ficando definido como a Titular Lorena Vitor e como suplente Raquel Vieira. Passa a palavra agora para o Conselheiro Reginaldo Pereira, informando que em relação ao segundo item da pauta, onde foi solicitado que o CEDECA apresentasse o relatório monitoramento das medidas cautelares 6015, que é sobre o socioeducativo. Foi confirmado o recebimento do e-mail pelo CEDCA e foi avisado ao CEDCA que a reunião seria hoje, entretanto, houve uma dificuldade de comunicação e eles não puderam estar aqui nessa data. Então, o espaço está livre, não teremos essa pauta hoje. Mas temos alguns encaminhamentos sobre essa pauta, onde disponibilizamos o relatório de medidas cautelares 6015, a retirada da medida cautelar, só é retirada se o peticionário solicitar essa retirada, já faz muito tempo que tem essas medidas (10 anos). Precisam trabalhar para garantir que as coisas que já mudaram, mudem um pouco mais ou renovem os avanços. E o propósito é realizar durante o mês de abril, ou maio, um seminário junto com superintendência do socioeducativo e peticionários. Nesse encontro, elaborar a resolução do CEDCA sobre o tema, com metas, prazos de entrega, tudo que ele permita que o peticionário se sinta contemplado, mas que a superintendência também sinta-se contemplada nessa parte. Se não ajudar os dois, vai ser impossível um acordo, pois há uma discordância muito grande entre a SEAS e a DECECA, falta os dois se sentarem para que se apropriem dos protocolos existentes e as ações já realizadas. Então a proposta é um seminário, e depois do seminário a gente elabora a resolução do CEDCA, que realizou a pauta e deixar claro que essa metodologia envolve o colegiado. A presidente Lorena Vitor passa a palavra para as comissões, sendo a primeira a Comissão de Comunicação e o colaborador do CEDCA-CE Guilherme Simões informa que a comissão se reuniu pela manhã discutiu foi a questão da campanha do FECA, porque está na época de arrecadação do Imposto de renda, e sugeriram trabalhar em duas frentes de campanha, que seria as mídias tradicionais e as mídias sociais. O Conselheiro Roberto faria o release e passaria para TV e rádio. A Presidente Lorena Vitor, retoma a palavra para falar que a Comissão de Políticas Básica e pegando o ganho da Comunicação, foi proposto a possibilidade de alguma campanha, onde os adolescentes tenham voz para falar sobre o 18 de maio. Para não ser apenas o CEDCA-CE falando, e sim os adolescentes se organizando, inclusive tem adolescente na comissão de comunicação, onde a Comunicação se reunirem com essa sugestão dos adolescente possam fazer um vídeo ou alguma outra ação, falando um pouquinho a cada dia sobre o 18 de maio, algo que aproxime do público e se torne viral nas redes sociais. Foi falado ainda sobre a visita da Casa da Criança e a visita ao Centro de Formação Olímpica, onde poderia inclusive fazer esse vídeos nesses locais. A Conselheira Rosângela Felix da secretaria do esporte informou que o Centro de Formação Olímpica está em manutenção, mas em abril já estaria apto a receber visitas e informou que também tem o Castelo que poderia ser visitado, só precisa informar a data dessas visitas com antecedência. O Colaborador Guilherme Simões do CEDCA-CE retomou a pauta da comissão de comunicação, informando que essa campanha de campanha seja feita junto com comissão de Orçamento e Fundos. E a outra a pauta seria a criação de um mascote junta com os adolescentes do CPA, que inclusive a adolescente Raylla Alves

colocou no grupo do CPA para e eles pensaram que ser um leão como símbolo dessa campanha. A presidente passa a palavra para a comissão de garantia de direitos, onde o Conselheiro Reginaldo Pereira informou que a comissão se reuniu em dois momentos, no dia 12 foi discutido sobre um ofício do Dr. Luciano Tonet, sobre a existência de diretrizes sobre a participação de crianças e adolescente nas práticas esportivas no estado do Ceará. A Conselheira Rosângela Felix, informou que recebeu essa demanda, mas informa que a secretaria de esportes não tem ingerência sobre as delegações dos times de futebol, são as entidades ligadas às crianças e à Federação Cearense do Futebol, não tem como pedir a eles que tomem essas ou essas medidas, porque não faz parte de das atribuições da secretaria de esporte, o que pode ser feito é uma reunião com os técnicos, pegar a proposta que eles mandaram do Paraná, e fazer o mesmo através de resolução. Então não têm ingerência em absolutamente nada do que diz respeito aos times de futebol, nem as escolinhas, não tem como mandar ninguém fazer a averiguação, fiscalização, porque eles vão contestar que nós não estamos no escopo das nossas funções. A Conselheira Raquel Vieira sugeriu que nos times de futebol principais, que é o Fortaleza e o Ceará, onde existem assistentes sociais e poderiam chamar e esses profissionais, que eles são responsáveis pelas categorias de base, que são justamente os adolescentes que vêm de outras cidades, ficam alojados nos times. O CEDCA-CE tem realmente que saber como isso está acontecendo. Os adolescentes vêm das suas cidades, ficam alojados lá no time, recebem uma bolsa por mês, que não é um valor muito alto, vão para a escola etc. Mas quando dá o tempo, nem todos realmente se engajam no futebol, pois essa carreira é muito difícil, por incrível que pareça. A Conselheira Mônica citou que há alguns anos a CBF fez uns encontros no país, chamado Proteção Integral na CBF, que foi para esse encontro e lá nós debatemos, inclusive o Sr. Carlos Nicodemos veio e o Sr. Marcelo Nascimento vieram, para discutir essa questão de como seria a Proteção Integral puxada pela CBF, que no caso era apenas a modalidade de futebol. Nesse encontro, uma das provocações que sugeriu junto com o Sr. Carlos Nicodemos é que essa Proteção Integral não deveria ser uma exclusividade da modalidade de futebol, mas de todas as demais modalidades onde tivessem as escolinhas e colocassem os meninos para viajar, inclusive jogos escolares, na época foi falado sobre isso, que era puxado pela Secretaria do Esporte. E lá, o secretário de esporte deu uma promessa de que ia se debruçar com a sua equipe e que ia pensar sobre isso, como é que seria um protocolo em torno disso, pelo menos, no âmbito das ações governamentais. Depois disso, as federações também foram chamadas, foram dois dias de encontro e foi lá também se começou a fazer essa pactuação, depois amornou e não deu mais em nada. O fato é que a Secretaria do Esporte foi que sediou esse evento para a CBF, e depois a gente não teve mais notícias. O que acha importante é a secretaria dizer os protocolos quando tem deslocamento de criança, quando tem hospedagem de criança, quando viaja sozinho etc. Por isso que foi chamado a secretaria do esporte para explicar isso, o que nunca chegou. Houve um desequilíbrio de entendimento. O que foi solicitado pela comissão é que a secretaria do esporte encaminhasse uma pessoa, um técnico, um profissional, que pudesse vir dialogar com a comissão para a gente conversar sobre aquele documento do promotor. A Conselheira Rosângela Felix da Secretaria do Esporte informou que os protocolos civis são os protocolos que já vem dos jogos nacionais. Que todos esses jogos existem nacionalmente. E o que a Secretaria do Esporte faz, inclusive o Sr. Roberto César, que participa aqui, como suplente, ele normalmente viaja com as delegações cearenses, pois é o coordenador de desenvolvimento do esporte, tem uma assistente social, tem os técnicos de cada área das competições.

Então nunca deixa de ter um representante da secretaria, captada a responsabilidade. A outra coisa que a secretaria costuma fazer é que antes de alguns programas, anualmente faz treinamento com os professores. A Conselheira Mônica informa que a comissão deixou acertado a secretaria do esporte deveria vir como ponto de pauta para o pleno, para explicar como funciona esse trâmite com os atletas, porque tem que dar uma resposta para o promotor de justiça. Mas antes de fazer uma resolução, quer escutar a secretaria do esporte do Estado. Continuando a comissão de garantia de direitos, o Conselheiro Reginaldo Pereira informa que foi recebido também do Ministério Público uma provocação sobre a lei Nº 14.811, que é uma lei que criminalizou o bullying, o cyberbullying no Brasil e também destruiu a política internacional de prevenção e combate ao abuso e exploração sexual de criança e adolescente, onde o caminhar da comissão que possam se aprofundar nesse debate junto com a Comissão de Direitos Humanos da Assembleia, convidar também o Caoeduc, que está com a Comissão do Ministério Público, para ampliar o debate sobre essa lei. Alguns pontos de atenção foram trazidos já pela secretaria de educação e à medida que você criminaliza o bullying e o cyberbullying, você precisa ter protocolos para serem seguidos. Qual seria o fluxo de denúncia. E uma preocupação da comissão é que, na medida que criminaliza, se torna um crime, qualquer ação de bullying dentro da escola, vai ter que chamar a polícia, qual é o seria o protocolo a ser seguido? Qual é o fluxo de tudo? Então, na contramão, quais são as ações de prevenção que precisam ser realizadas? A Conselheira Mônica Sillan fala que essa questão do estudo da normativa foi encaminhada dentro do comitê da proteção integral, na última reunião que teve, foi o Ministério Público e a Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa, estão com o texto da lei com as duas normativas, a estadual e a Federal para fazer o estudo e a devolutiva, já que se trata de uma grave violação, violência contra a criança e adolescente, então foi encaminhada, vão ficar aguardando a devolutiva. Tem ainda mais duas pautas. Uma que foi criado aqui no estado de Ceará o Movimento dos Conselhos Tutelares, onde foi solicitado uma reunião junto ao CEDCA-CE, que tem como ponto de pauta, a apresentação de uma pesquisa sobre a questão salarial e as condições de trabalho dos conselhos tutelares do estado de Ceará, pediram inclusive que nesse momento a solicitasse que o Ministério Público se fizesse presente. O Pleno aceitou. A outra coisa que foi colocada na comissão, que precisa sair daqui do pleno, a criação do GT para formulação da resolução, do protocolo e das atribuições do Conselho Tutelar, em resposta e em substituição à resolução número 50 de 2003, que foi revogada pelo último colegiado, então tem que retomar esse GT. Também precisa sair daqui hoje a criação de um GT para que o Conselho Estadual possa realizar as visitas de monitoramento das unidades de acolhimento de âmbito do estado. O Pleno vai decidir como é que vai ser feito, a comissão não indicou nada sobre isso não O GT é pra ser criado e o quanto mais diversos, representando as comissões, melhor. A única observação que tem que fazer é sobre ter cuidado do conflito de interesse. A presidente Lorena solicita quem poderia participar desse GT para as visitas de monitoramento das unidades de acolhimento, ficando Sra. Mônica Sillan, Sr. Andreisson Quintela, Sra. Glícia Passos, Sra. Lorena Vitor e Sr. Rômulo Aguiar. E o GT dos Conselheiros Tutelares, fica sendo a Sra. Camila Gonzaga, Sra. Raquel Pereira, Sra. Betânia Gomes, o adolescente Deivisson Diógenes e Sra. Antonia Fátima Souza. A Presidente Lorena Vitor passa para a próxima comissão que é a de Políticas Básicas que já foi falado algumas decisões aqui nesta reunião. A Conselheira Antônia Fátima Souza que ficou definido que a comissão irá pegar uma carona na reunião da Visão mundial, para se reunir com os adolescente do CPA juntamente com os adolescentes do projeto MJPOP da Visão Mundial no

sábado para passar os informes decididos na reunião da comissão, onde será definido uma agenda com temas, um calendário mensal, em horário a ser definido pelos próprios adolescentes, conforme foi feito no ano passado. Depois de definir dias e horários, será escolhida as pautas, que eles próprios podem sugerir. A Outra pauta seria sobre as visitas dos adolescentes do CPA à Casa da Criança e ao Centro de Formação Olímpica – CFO, onde a D. Conceição vai providenciar as Vans para o transporte de todos. E o mais importante, inclusive contando com a mobilização dos dois adolescentes presentes na reunião Deivisson Diógenes e Rayrlla Alves, junto aos outros adolescentes, para pensarem nas ações do 18 de maio, trazendo as propostas dessas ações para a comissão. A Conselheira Camila Gonzaga lembrou ainda sobre a comissão de políticas básicas ter um momento com os adolescentes do CPA sobre a importância dessa consulta pública, a importância de eles replicarem para os coletivos deles, para que eles tenham voz e vez nesses locais para fazer uma espécie de formação com essas pessoas, para eles possam preencher a consulta pública. A Conselheira Raquel Pereira explanou um pouco sobre o projeto de Combate ao assédio e abuso sexual de crianças e adolescente online da Visão Mundial, onde os adolescentes do CPA serão inseridos nessa plataforma que tem cursos nessa temática e que tem um recurso da entidade para aplicar no fortalecimento do Comitê de Participação de Adolescentes para a realização de 4 (quatro) encontros em municípios que atendam as macrorregiões que ainda serão definidos. O Conselheiro Reginaldo da Visão Mundial complementou que essa é uma oportunidade de municípios que ainda não tem CPA possam convidar adolescente para esses encontros da região. A plataforma além de cursos, tem os canais de denúncia e cursos de como criar vídeos, imagens para as redes sociais e até mesmo criar fóruns do CPA dentro da plataforma. A Presidente Lorena Vitor informa que a vinda dos adolescentes ficou acordado que os adolescentes do CPA viriam para a reunião presencial de 3 em 3 meses, que nesse caso vai cair em maio e eles precisariam criar os vídeos para o 18 de maio antes da vinda deles, senão ficaria muito em cima da data. O adolescente Deivisson Diógenes pediu a palavra para que os encontros presenciais não aconteçam como o anterior, quando devido as visitas, acabam que eles não conseguem participar das reuniões das comissões o que perde um pouco do princípio do CPA, que é a participação ativa deles dentro das decisões do conselho, mesmo podendo opinar, acabam perdendo as discussões acerca dos temas. A Presidente Lorena Vitor sugeriu então nesse mês de maio que contará com a presença do CPA que as reuniões das comissões aconteçam um dia antes, que está sendo online, porém a Conselheira Mônica Sillan, propôs que todas as reuniões das comissões aconteçam um dia antes para que os adolescentes que são os coordenadores do CPA e estão presentes em todas as reuniões presenciais do colegiado, possam participar das reuniões online das comissões, onde o pleno aprovou. A Secretária executiva Conceição Nunes informa que no dia 24 de março terá a primeira oficina presencial da nova plataforma do SIPIA com Escola de Conselhos, onde o Conselho Tutelar terá todo o aparato, todo o apoio para entender e tirar dúvidas, onde o CEDCA-CE e a Escola de Conselhos farão 10 encontros presenciais macrorregionais no estado. E na segunda será dada o ponta pé inicial dessa plataforma, esse é um sistema nacional do Secretaria Nacional de Direitos Humanos – MDHC, de manhã é uma apresentação teórica e a parte prática no núcleo de mestrado da UECE às 9hs e o colegiado está convidado a comparecer. Já no dia 26 de março será realizado uma reunião presencial as entidades que captaram recursos para o FECA diretamente do imposto de renda pessoa física e jurídica, são 26 (vinte e seis) entidades da capital e 6 (seis) do interior, essas últimas será feita uma live, pois por

problemas logísticos é inviável o deslocamento, onde é importante a presença do Colegiado, para mostrar a todas as entidades que o FECA é deste conselho, de onde sai os critérios e as orientações embasadas na legislação, principalmente no ECA, pois o fundo faz parte da política de atendimento artigo 90 e no artigo 260 cria os fundos no ECA, onde foi chamado além das entidades e o Colegiado, a assessoria jurídica da SPS, assessoria de controle interno da SPS, a célula de prestação de contas e a coordenação financeira, para explicar todo o fluxo da liberação dos recursos, que será realizado no auditório do 3º andar às 9hs. E no dia 1º de abril terá uma reunião com os 184 municípios do Ceará, trazendo a secretaria executiva para explicar todo o funcionamento dos conselhos, onde o Dr. Lucas Felipe promotor de justiça e coordenador do CAOPIJ, o ex conselheiro Armando de Paula confirmaram presença. A Conselheira Mônica Sillan falou sobre a comissão de Orçamento e Fundos, informou que no dia 26 de março é importante a presença do CEDCA-CE na mesa no lançamento o Programa escuta ativada e a comissão também solicitou que seja provocada a secretaria de planejamento para apresentar a execução financeira de 2024, a LDO de 2024 e 2025 no que diz respeito ao orçamento criança e adolescente para a reunião ordinária de abril. A Presidente Lorena Vitor lembrar aos conselheiros que marquem na agenda os dois momentos citados pela Conceição e que não vá apenas os mesmos conselheiros, não tendo mais nada a presidente encerra a reunião.

ENCAMINHAMENTOS:

- 1- Enviar para o Comitê do Fundo Mais Infância os membros que vão representar o CEDCA-CE.
- 2- Apresentação da secretaria de esportes sobre as escolinhas na reunião de abril
- 3- Solicitação de pauta pelo Movimento dos Conselhos Tutelares
- 4- Enviar ofício a SEPLAG para a apresentar a execução financeira de 2024, a LDO de 2024 e 2025 para reunião de Abril.

DELIBERAÇÕES:

- 1- Prorrogação da Consulta Pública dos 3 (três) Planos Temáticos até o dia 30/03/2025
- 2- Criação do GT para as visitas de monitoramento das unidades de acolhimento
- 3- Criação do GT dos Conselheiros Tutelares



ASSINATURA DA SECRETÁRIA EXECUTIVA

Anexa a essa ATA RESUMIDA, frequência do Colegiado e convidados como parte integrante

COLEGIADO BIÊNIO 2024-2025
II REUNIÃO ORDINÁRIA DO CEDCA/CE
20 DE MARÇO DE 2025

CONSELHEIROS ESTADUAIS OSC's- BIÊNIO 2024-2025			
01	Secretaria Da Proteção Social – SPS	Mônica Regina Gondim Feitoza	
		Maria Dagmar de Andrade Soares	Maria Dagmar de A. Soares
02	Secretaria do Desenvolvimento Econômico – SDE	Ana Joana Viera Coutinho Domingos	
		Luzia Lorena Ribeiro de Sousa Oliveira	Luzia Lorena R. de Sousa Oliveira
03	Secretaria da Saúde - SESA	Márcia Lessa Fernandes Ribeiro	
		Priscilla Cunha da Silva	
04	Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social – SSPDS	Carlos Alexandre Marques	Em processo de substituição
		Demitri Nóbrega Cruz	
05	Secretaria da Educação – SEDUC	Ana Lúcia Silva Farias	
		Betânia Maria Gomes Raquel	
06	Secretaria da Cultura – SECULT	Luciana Martins Ferreira	
		Isabela Correia de Araújo	
07	Secretaria do Planejamento e Gestão – SEPLAG	Márcia Maria Soares Gurgel	
		Arícia Pinheiro Castelo Branco	Arícia Pinheiro Castelo Branco
08	Secretaria do Esporte – SESPORTE	Rosângela Félix Aguiar	Rosângela Félix Aguiar
		Roberto César Lima da Silva	
09	Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior – SECITECE	Maria de Sousa Pereira	
		Andréa Maria Silva Oliveira	
10	Secretaria de Turismo – SETUR	José Rômulo Magalhães Aguiar	
		Luiz Carlos da Costa	

11	Secretaria de Desenvolvimento Agrário – SDA	Maria Iris Tavares Farias	
		Viviany Maria Mota Macedo	
12	Agência de Desenvolvimento Econômico Local - ADEL	Glaucio Bezerra Gomes	
		Leyddineth Freitas dos Santos	
13	Associação Beneficente da Criança e do Adolescente em Situação de Risco – PASTORAL DO MENOR	Maria de Fátima Nogueira de Oliveira	Maria de Fátima N. Oliveira
		Maria Lidiany Santos Nogueira	
14	Associação de Combate ao Câncer Infanto Juvenil – PETER PAN	Michele Silva Holanda	M. Holanda
		Maria Socorro Rodrigues Shibuya	
15	Associação para o Desenvolvimento dos Municípios do Estado do Ceará - APDMCE	Suellen Fortaleza Pinheiro	
		Janaína Fernandes de Oliveira	
16	Centro Educacional da Juventude Padre João Piamarta - PIAMARTA	Maria do Socorro Martins de Lima	M. do Socorro Martins de Lima
		Viviane Eleutério Simões	
17	Frente de Assistência a Criança Carente - FACC	Mônica Sillan De Oliveira	Mônica Sillan De Oliveira
		Francisco Andreisson Alves Quintela	Fco Andreisson Alves Quintela
18	Instituto de Arte e Cidadania do Ceará – IAC-CE	Lorena Vitor Loureiro	Lorena Vitor Loureiro
		Vitória Gabriela Chagas Oliveira Maciel	
19	Lar Fabiano de Cristo	Regina Coele Bezerra Moreira	Regina Coele Bezerra Moreira
		Antônia Fátima Souza de Alcântara	Antônia Fátima S. Alcântara
20	Rede Cidadã	Ana Suelen da Silva Costa	Ana Suelen da S. Costa
		Kylianne Monteiro Sampaio	Em processo de substituição
21	União Norte Brasileira de Educação e Cultura – Escola Marista Sagrado Coração	Francisca Camila Gonzaga Freitas	Fca. Camila Gonzaga - Freitas
		Glícia Maria Passos Santos	Glícia Maria Passos Santos
22	Visão Mundial	Reginaldo Pereira da Silva	Reginaldo Pereira da Silva
		Irinéia Raquel Vieira	Irinéia Raquel Vieira

COMITÊ DE PARTICIPAÇÃO DE ADOLESCENTE DO CEDCA - CE BIÊNIO 2024-2025
II REUNIÃO ORDINÁRIA - CEDCA/CE
FOLHA DE PRESENÇA - 20 DE MARÇO DE 2025

ENTIDADE		ADOLESCENTE		ASSINATURA
01	União Norte Brasileira de Educação E Cultura - UNBEC	Ester Duarte Matos		
		Maicon Gabriel Rodrigues da Costa		
		Jair Nunes Sousa		
		Maria Jaqueline Pitombeira Oliveira		
02	Associação Unidos para o Progresso	Victória Flávia da Cunha Pacheco		
		Deivison Lucas Diógenes Carneiro		Deivison Lucas Diógenes Carneiro
03	Associação Projeto Paz e União	Lunna Caroline Oliveira de Sousa		
04	Escola de Desenvolvimento e Integração Social para Criança e Adolescente	Julia Mariah Ramos Fortinelle		
05	Associação Arte Vida	Kethilyane Da Silva Martins		
06	Conselho Municipal Dos Direitos Da Criança E Do Adolescente de Aratuba - CE	José Ricardo Silva Oliveira		
07	Conselho Municipal Dos Direitos Da Criança E Do Adolescente de São João do Jaguaribe - CE	Rayrlla Alves Ferreira		Rayrlla Alves Ferreira
08	Conselho Municipal Dos Direitos Da Criança E Do Adolescente de Icó - CE	Aline Vitoria Castro de Vasconcelos		
09	Conselho Municipal Dos Direitos Da Criança E Do Adolescente de Horizonte - CE	Aquiles Almeida Lima		
10	Secretaria de Assistência Social de Paraipaba	Gabriel de Lima Matos		
11	Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) de Capistrano - CE	Helen Cristina Paulino da Silva		
12	Associação do Instituto Santa Cecília			

[illegible]